

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2018/2019

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RS001901/2018  
DATA DE REGISTRO NO MTE: 16/10/2018  
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR049591/2018  
NÚMERO DO PROCESSO: 46271.004485/2018-59  
DATA DO PROTOCOLO: 11/10/2018

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS INDUSTRIAS DA ALIMENTACAO DE CAXIAS SUL, CNPJ n. 90.773.060/0001-30, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). LUIZ FERNANDO BOLSONELO;

E

SIND DOS TRAB NA INDUSTRIA DE ALIMENTACAO DE CAXIAS SUL, CNPJ n. 88.661.681/0001-80, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). IRLEI CORREIA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019 e a data-base da categoria em 01º de julho.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO**, com abrangência territorial em **Caxias Do Sul/RS**.

## Salários, Reajustes e Pagamento

### Piso Salarial

### CLÁUSULA TERCEIRA - VARIAÇÃO SALARIAL

A partir de 01 de julho de 2018, para efeitos da revisão de convenção coletiva, as empresas concederão a todos os seus empregados, admitidos até 01 de julho de 2017, uma variação salarial de 3,70% (tres virgula setenta por cento) a incidir sobre os salários praticados no mês de julho de 2018 e resultantes da Convenção Coletiva de Trabalho anterior.

Os empregados admitidos entre 01 de julho de 2017 e 30 de junho de 2018, observados os critérios definidos na tabela de proporcionalidade infra, terão seus salários compostos, nas datas previstas na tabela de proporcionalidade abaixo, pelo critério de proporcionalidade, tomado por base, para esse fim, os meses efetivamente trabalhados no período e o critério utilizado para a concessão da variação, entendido para o efeito, exclusivamente, como mês completo a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de efetividade, contados da data de admissão até a data da presente revisão (01 de julho de 2018, com incidência sobre os salários de admissão.

## TABELA DE PROPORCIONALIDADE

<b>Admissão</b>	<b>Percentual para a folha de julho de 2018</b>
Julho/2017	3,70 %
Agosto/2017	3,39 %
Setembro/2017	3,07 %
Outubro/2017	2,76 %
Novembro/2017	2,45 %
Dezembro/2017	2,14 %
Janeiro/2018	1,83 %
Fevereiro/2018	1,53 %
Março/2018	1,22 %
Abril/2018	0,91 %
Maiio/2018	0,61 %
Junho/2018	0,30 %

Em hipótese alguma resultante da variação proporcional supra poderá o salário do empregado mais novo no emprego ultrapassar o salário do empregado mais antigo na empresa, exercente de mesmo cargo ou função. Da mesma forma não poderá empregado que na data de sua admissão percebia salário igual ou inferior ao de outros, passar a perceber, por força do ora estabelecido salário superior ao daquele.

Os empregados demitidos a partir de junho de 2018 e que façam jus às correções salariais supra referidas, deverão procurar a empresa a contar do protocolo da presente Convenção Coletiva de Trabalho no Ministério do Trabalho e Emprego para receberem o pagamento através de rescisão contratual complementar.

Eventuais diferenças relativas aos pagamentos acima descritos serão satisfeitas junto com a folha de pagamento do mês de setembro de 2018.

### **CLÁUSULA QUARTA - QUITAÇÃO DO PERÍODO REVISANDO**

Com a concessão das variações mencionadas acima fica integralmente quitado o período revisando de 01 de julho de 2017 até 30 de junho de 2018, ficando estipulado que o salário resultante da aplicação dos percentuais acima previstos (03 e subitens) formarão base para eventual procedimento coletivo futuro.

#### **CLÁUSULA QUINTA - COMPENSAÇÃO DOS AUMENTOS DO PERÍODO REVISANDO**

Quaisquer variações salariais concedidas entre 01 de julho de 2017 e 30 de junho de 2018 poderão ser utilizadas para compensação com as variações aqui previstas, de vez que ficam, desde já incorporados todos os reajustes salariais, espontâneos, coercitivos, acordados ou abonados previstos de 01 de julho de 2017 até 30 de junho de 2018, inclusive, zerando quaisquer índices da categoria até 01 de julho de 2018.

As variações salariais espontâneas ou coercitivas, com exceção das concedidas nesta Convenção (cláusula 03 e subitens), praticadas a partir de 1º de julho de 2018 e na vigência da presente poderão ser utilizados como antecipações e para compensação em procedimento coletivo futuro, de natureza legal ou não, de feito revisional ou ainda decorrentes de política salarial.

#### **CLÁUSULA SEXTA - SALÁRIO NORMATIVO**

Aos empregados admitidos após a data base e aos que vierem a ser admitidos durante a vigência da presente convenção, fica assegurado, a partir de 01 de julho de 2018, um salário **normativo** mínimo de R\$ 1.278,20 (um mil duzentos e setenta e oito reais e vinte centavos) mensais, salário este que formará base para eventual procedimento coletivo futuro de qualquer natureza.

O salário normativo mínimo previsto acima somente terá existência em contratos a prazo indeterminado ou após 90 (noventa) dias de contrato de experiência do empregado na empresa.

Enquanto contrato de experiência, que para unicamente esse efeito de salário normativo deverá no máximo ser de 90 (noventa) dias, os empregados terão um salário de **ingresso** para prova de R\$ 1.198,00 (um mil cento e noventa e oito reais) mensais, a partir de 01 de julho de 2018. Este salário formará base para eventual procedimento coletivo futuro de qualquer natureza.

O salário normativo e de ingresso para prova não serão considerados salários profissionais ou substitutivos do salário mínimo legal.

#### **Pagamento de Salário – Formas e Prazos**

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DISCRIMINATIVO DOS SALÁRIOS**

As empresas, por ocasião do pagamento dos salários a seus empregados, entregar-lhes-ão discriminativos com as parcelas pagas e os descontos eventualmente realizados

## **CLÁUSULA OITAVA - PAGAMENTO DOS MESES COM 31 DIAS**

Fica assegurado a todos os empregados mensalistas nas empresas o direito a remuneração correspondente a 03 (três) dias de salário como contraprestação pelo trabalho nos dias 31 (trinta e um) dos meses de janeiro, março, maio, julho, agosto, outubro e dezembro de cada ano. O pagamento se dará sempre até o final da vigência da presente convenção coletiva, sendo devido a todos os empregados. A vantagem poderá ser concedida através de licença remunerada de 03 (três) dias, não necessariamente consecutivas, ao invés do pagamento, no curso do período de vigência da presente convenção, mediante acordo prévio entre a empresa e o empregado.

§ú. Em contrapartida ao benefício conquistado para a categoria, os trabalhadores, sócios e não sócios, contribuirão para o custeio do Sindicato Profissional, na forma da Cláusula Vigésima Quinta.

### **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

#### **Outras Gratificações**

## **CLÁUSULA NONA - PERÍODO PRÉ-POSENTADORIA - GARANTIA DE EMPREGO**

Aos empregados que estiverem a 12 (doze) meses de sua possível aposentadoria, por idade ou tempo de serviço, terão neste período garantia de emprego condicionada a:

Tenham uma efetividade mínima de 08 (oito) anos na mesma empresa;

Comuniquem o início do período de doze (12) meses, em forma de ofício assinado por si, assistido pelo Sindicato Profissional, em duas vias de igual teor e forma, numa das quais deverá constar, para validade, o obrigatório ciente da empresa;

A garantia estabelecida na presente cláusula cessará na hipótese do empregado não se aposentar na data prevista para tal e mencionada no ofício ou não lhe for concedida a aposentadoria, não sendo em nenhuma hipótese prorrogável a garantia de emprego em causa;

A garantia de emprego só poderá ser solicitada em uma única oportunidade, não sendo viável renová-la;

O empregado que receber aviso prévio, a partir desta data não poderá usar do presente dispositivo.

### **Adicional de Tempo de Serviço**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - QUINQUÊNIO**

As empresas, exclusivamente dentro do período em que tiver vigência a presente convenção, concederão aos seus empregados uma remuneração adicional por tempo de serviço por quinquênio trabalhado, prestado pelo mesmo empregado ao mesmo empregador, a partir de 01 de julho de 2018, de R\$ 65,65 (sessenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos) mensais. Este valor formará base para eventual procedimento coletivo futuro de qualquer natureza.

§ú. Em contrapartida ao benefício conquistado para a categoria, os trabalhadores, sócios e não sócios, contribuirão para o custeio do Sindicato Profissional, na forma da Cláusula Vigésima Quinta.

### **Auxílio Educação**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PLANO EDUCACIONAL PARA EMPREGADOS E DEPENDENTES**

Fica instituída, inclusive e expressamente para a previsão do disposto na alínea “t”, do inciso “5”, do § 9º, do art. 28, da Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997, e dentro do permissivo do art. 7º, da Constituição Federal, o seguinte plano educacional para os empregados em atividade nas empresas na data de concessão do benefício:

#### **DO PLANO:**

- a) a ajuda educacional aqui prevista será paga aos trabalhadores estudantes ou que tenham filhos em idade escolar e que o solicitem de forma escrita;
- b) somente será paga a ajuda educacional aqui estabelecida aos trabalhadores estudantes que estejam matriculados no 1º e 2º grau (ensino fundamental e médio) de curso oficial e regular, ou que tenham filhos matriculados no 1º e 2º grau (ensino fundamental e médio) de curso oficial e regular; os empregados ou seus dependentes legais, como tal aqueles que estão cadastrados para fins de Previdência Social deverão comprovar, perante as empresas a sua freqüência, pelo
- c) certificado de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) no ano ou semestre anterior à data de pagamento da ajuda educacional aqui prevista;
- d) deverá, ainda, ser apresentado às empresas a comprovação de matrícula em estabelecimento de ensino oficial referente ao ano em curso na data do pagamento da ajuda educacional aqui prevista.

## DAS CONDIÇÕES:

Mediante o atendimento integral dos critérios previstos no PLANO supra, será concedida uma ajuda de custo educacional pelas empresas, que de qualquer modo ainda não o concedam, correspondente a um kit de material escolar no valor de R\$ 295,00 (duzentos e noventa e cinco reais), impossibilitada a integração ao salário para qualquer efeito e observados os seguintes requisitos:

O kit de material escolar corresponderá única e exclusivamente à respectiva relação oficial estabelecida pela escola em que comprovadamente estiver matriculado o empregado ou seu filho dependente.

A relação de material escolar será apresentada à empresa e/ou junto ao estabelecimento comercial credenciado ou a empresa adquirir o material necessário para posterior entrega ao empregado. A empresa deverá disponibilizar o kit de material escolar no valor de até R\$ 295,00 (duzentos e noventa e cinco reais) ao empregado ou seu filho dependente até a data de 20 de fevereiro de 2019.

Em qualquer hipótese, a ajuda de custo educacional será limitada a 01 (um) benefício por empregado, podendo ser atribuída a 01 (um) filho dependente do mesmo, desde que o empregado não utilize o benefício;

Nos casos em que o empregado estudante ou filho deste concluir o curso do ensino médio, deverá ser pago ao mesmo o valor de R\$ 295,00 (duzentos e noventa e cinco reais)

Os empregados com menos de 12 (doze) meses de contrato de trabalho em 31 de dezembro de 2018, receberão proporcionalmente, a razão de 1/12 (um doze) avos) por mês, sendo que a fração igual ou superior a quinze dias de trabalho será havida como mês completo.

Nos casos em que houver rescisão de contrato de trabalho, as empresas pagarão proporcionalmente a razão de 1/12 (um doze avos) por mês efetivamente trabalhado, sendo que a fração igual ou superior a quinze dias de trabalho será havida como mês completo, cujo valor deverá ser pago no termo rescisório.

Em contrapartida ao benefício conquistado para a categoria, os trabalhadores, sócios e não sócios, contribuirão para o custeio do Sindicato Profissional, na forma da Cláusula Vigésima Quinta.

## **Auxílio Saúde**

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - AUXÍLIO DOENÇA**

Fica assegurado aos empregados o direito à percepção da gratificação natalina mesmo que tenham percebido auxílio doença por período superior a 15 (quinze) dias e inferior a 06 (seis) meses.

### **Auxílio Morte/Funeral**

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AUXÍLIO FUNERAL**

As empresas pagarão, no caso de falecimento de empregados, às agências funerárias responsáveis pelos serviços, quantia equivalente a 1,5 (um e meio) salários normativos mínimos da Categoria, a título de auxílio funeral, a qual repassará o valor correspondente aos dependentes devidamente habilitados.

### **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades**

#### **Normas para Admissão/Contratação**

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ANOTAÇÃO DA FUNÇÃO NA CTPS**

As empresas anotarão nas CTPS dos empregados o respectivo cargo, após comprovação de habilidade e permanente exercício, de acordo com o que determina a legislação vigente.

### **Aviso Prévio**

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DISPENSA DO CUMPRIMENTO**

No aviso prévio cedido pela empresa ou pedido de demissão, as empresas dispensarão o empregado do cumprimento do restante do aviso prévio, quando no curso do mesmo obtiverem novo emprego, anotando na carteira de trabalho com a respectiva baixa e fazendo o pagamento das parcelas rescisórias, ficando, dispensadas do pagamento dos dias faltantes para completar o período.

### **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**

#### **Estabilidade Mãe**

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - GESTANTE - ESTABILIDADE**

Excluído o período de experiência de 90 (noventa) dias, é assegurado à gestante estabilidade provisória durante a gravidez e até 150 (cento e cinquenta) dias contados do parto, facultado à empregada renunciar ou transacionar esta garantia de emprego.

### **Outras estabilidades**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**

Fica assegurado o pagamento a todos os empregados das empresas que exerçam suas atividades nos setores de produção o adicional de insalubridade em grau médio, à taxa de 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo, ressalvadas avaliações individuais.

**Esta cláusula aplica-se somente as empresas Lovato S/A, Produtos Alimentícios Corsetti S/A Indústria Comércio e Rizzo S/A Indústria de Alimentação.**

### **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

#### **Duração e Horário**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - HORAS EXTRAS - ADICIONAL**

As empresas remunerarão as horas extras efetivamente trabalhadas por seus empregados com o adicional de 50% (cinquenta por cento) naquelas até o número de 40 (quarenta) mensais, e de 75% (setenta e cinco por cento) nas excedentes, ressalvados horários especiais (vigias, caldeiristas, telefonistas, digitadores etc.).

**Esta cláusula aplica-se somente as empresas Lovato S/A, Produtos Alimentícios Corsetti S/A Indústria Comércio e Rizzo S/A Indústria de Alimentação.**

### **Compensação de Jornada**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - SEMANA DE 5 DIAS**

Confirmado uso e costume já estabelecido, respeitando, ainda, o número de horas de trabalho contratual e semanal, poderão as empresas ultrapassar a duração normal de trabalho, inclusive mulheres e menores (arts. 59, 374 e 413 da CLT) até o máximo legal permitido, visando a compensação das horas não trabalhadas em algum dia da semana, inclusive aos sábados, sem que este acréscimo seja considerado como horas extras, garantindo o repouso semanal remunerado de um dia independente de feriados. A faculdade outorgada às empresas nesta cláusula restringe-se ao direito de estabelecer ou não o regime de

compensação, sendo que uma vez estabelecido este regime, não poderão as empresas suprimi-lo sem prévia concordância do empregado.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA - COMPENSAÇÃO DE FERIADOS**

As empresas, mediante acordo com a maioria simples dos empregados, poderão suprimir o trabalho, com recuperação das horas não trabalhadas, em dias úteis intercalados entre feriados e fins de semana, e nas trocas de feriados por dias úteis, em estabelecimentos ou setores determinados, ou em sua totalidade

### **Outras disposições sobre jornada**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ARTIGO 60 DA CLT**

A verificação prévia prevista no art. 60 da Consolidação das Leis do Trabalho poderá ser realizada por médico do trabalho, com registro no Ministério do Trabalho e Emprego e indicado pela empresa, observados os requisitos legais pertinentes à matéria.

### **Férias e Licenças**

#### **Duração e Concessão de Férias**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - FRACIONAMENTO DE FÉRIAS**

As Empresas poderão fracionar os períodos de férias de seus empregados em até 03 (três) vezes, garantindo-se que os períodos concedidos não sejam inferiores a 10 (dez) dias. Não poderá ser concedido férias em sexta-feira ou em véspera de feriados.

### **Saúde e Segurança do Trabalhador**

#### **Uniforme**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - FORNECIMENTO, USO, MANUTENÇÃO E LIMPEZA**

As empresas que exigirem o uso de uniformes deverão, gratuitamente e a título de comodato, entregá-los, em número de 02 (dois) ao ano. Os empregados deverão devolver os uniformes usados ao empregador quando do recebimento de uniformes novos ou ao final da relação empregatícia.

## **Exames Médicos**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - EXAMES MÉDICOS DEMISSIONAIS – VALIDADE**

As empresas ficam dispensadas da realização do exame médico demissional, desde que a realização do último exame médico ocupacional tenha ocorrido há menos de 180 (cento e oitenta) dias da data de desligamento do empregado, de conformidade com a portaria nº 8, da Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho, publicada no DOU de 08 de maio de 1996

#### **Relações Sindicais**

#### **Contribuições Sindicais**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DESCONTOS AO SINDICATO DOS TRABALHADORES**

As empresas descontarão de todos os seus empregados vinculados a Categoria Profissional, de conformidade com aprovação de sua Assembléia Geral Extraordinária como contrapartida pela negociação em benéficos de todos, o valor correspondente a 01 (um) dia de salário, já devidamente reajustado pelas disposições aqui compostas, referente à folha de pagamento do mês de setembro de 2018, recolhendo dita importância aos cofres do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Caxias do Sul, até o dia 10 de outubro de 2018.

As empresas descontarão de todos os seus empregados vinculados a Categoria Profissional, de conformidade com aprovação de sua Assembléia Geral Extraordinária como contrapartida pela negociação em benéficos de todos, o valor correspondente a 01 (um) dia de salário, já devidamente reajustado pelas disposições aqui compostas, referente a folha de pagamento do mês de janeiro de 2019, recolhendo dita importância aos cofres do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Caxias do Sul, até o dia 10 de fevereiro de 2019.

Dos empregados safristas e daqueles admitidos após a data base, o desconto será feito no primeiro mês de serviço, recolhendo dita importância aos cofres do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Caxias do Sul, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao desconto.

É garantido o direito de oposição do não sócio em até 10 (dez) dias após a assinatura da presente convenção coletiva de trabalho. Para conferir a declaração, o trabalhador não sócio deverá comparecer pessoalmente à sede do Sindicato Profissional, portando requerimento individual e de próprio punho, excepcionada a hipótese de trabalhadores com dificuldades de locomoção decorrentes de problemas de saúde, os quais poderão manifestar a oposição através de outros meios legítimos.

Se previsto qualquer benefício especificamente vinculado à contrapartida prevista nesta Cláusula, a oposição do não associado deverá ser manifestada impreterivelmente até 10 (dez) dias após a assinatura da presente convenção coletiva de trabalho, sob pena de não ser considerada válida.

A oposição válida implica em perda do direito previsto em norma coletiva, sempre que este direito estiver especificamente vinculado à contrapartida prevista nesta Cláusula.

As empresas efetuarão os descontos e os recolhimentos em conformidade com a decisão da categoria em Assembleia, nos estritos termos das atas de assembleia em anexo.

As empresas farão acompanhar a guia de pagamento da contrapartida de negociação sindical de uma relação dos empregados descontados e o respectivo valor.

O desconto e não recolhimento nas datas aprazadas acarretará uma multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor a ser recolhido, além de juros de mora e correção monetária até a data do pagamento, em favor do sindicato.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DAS DESPESAS DO SINDICATO ECONÔMICO**

Em vista das despesas suportadas pelo Sindicato das Indústrias da Alimentação de Caxias do Sul, fica estabelecido que as empresas com mais de 3 (três) empregados, recolherão em favor do Sindicato das Indústrias da Alimentação de Caxias do Sul até o dia 17 de setembro de 2018, o valor correspondente a 01 (um) dia de salário dos seus empregados constantes da folha de pagamento do mês de julho de 2018. Recolherão ainda o valor correspondente a 01 (um) dia de salário dos seus empregados constantes na folha de pagamento do mês de julho de 2018 até o dia 15 de março de 2019.

**Para as empresas que não possuem empregados e/ou com até 03 (três) empregados, a contribuição em favor do Sindicato das Indústrias da Alimentação de Caxias do Sul será de R\$ 200,00 (duzentos reais), com recolhimento até o dia 17 de setembro de 2018, além de outra no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), com recolhimento até o dia 15 de março de 2019.**

O recolhimento com até 05 (cinco) dias de atraso das contribuições acima previstas acarretará incidência de juros de mora e correção monetária nos termos da legislação vigente; se o atraso for entre 06 (seis) e 15 (quinze) dias, além dos juros de mora e da correção monetária, haverá uma multa de 10% (dez por cento) do valor em atraso; ocorrendo atraso entre 16 (dezesesseis) e 30 (trinta) dias, haverá incidência de uma multa de 20% (vinte por cento) do valor em atraso, juros e correção monetária; e, ocorrendo atraso superior a 30 (trinta) dias, a multa será de 30% (trinta por cento), além de juros e correção monetária.

### **Disposições Gerais**

### **Outras Disposições**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - EFICÁCIA DA CONVENÇÃO**

A eficácia da presente Convenção Coletiva de Trabalho fica condicionada ao prévio depósito de uma via no órgão regional do Ministério do Trabalho e Emprego, o que as partes comprometem-se a fazer conjuntamente.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DIVERGÊNCIAS**

Eventuais divergências decorrentes da aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho serão dirimidas, exclusivamente, pela Justiça do Trabalho.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - COMINAÇÕES**

Na vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho fica estabelecida uma multa por descumprimento do aqui estabelecido, no valor de R\$ 67,40 (sessenta e sete reais com quarenta centavos), em favor do empregado prejudicado, a ser apurado através de ação de cumprimento.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - FORMA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho, instituída com os documentos necessários, é formalizada conforme as disposições legais.

LUIZ FERNANDO BOLSONELO  
Presidente  
SINDICATO DAS INDUSTRIAS DA ALIMENTACAO DE CAXIAS SUL

IRLEI CORREIA  
Presidente  
SIND DOS TRAB NA INDUSTRIA DE ALIMENTACAO DE CAXIAS SUL

### **ANEXOS ANEXO I - ATA ASSEMBLEIA GERAL**

[Anexo \(PDF\)](#)

### **ANEXO II - ATA ASSEMBLEIA GERAL**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.